

A produção científica da UFPA sobre conhecimentos tradicionais: análise das teses e dissertações disponíveis no Banco de Teses da Capes

The UFPA scientific production on traditional knowledge: analysis of the theses and dissertations available at the Capes Bank of Theses

Cleide Furtado Nascimento Dantas

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará – UFPA.
Bibliotecária-Documentalista da Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann – UFPA.
E-mail: cleidedantas@ufpa.br

Thiago Henrique Bragato Barros

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP.
Professor Adjunto na Faculdade de Arquivologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da
Universidade Federal do Pará – UFPA.
E-mail: thiagobarros@ufpa.br

Alegria Celia Benchimol

Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia –
IBICT/UF RJ.
Tecnologista Pleno Senior do Museu Paraense Emílio Goeldi e Professora permanente do Programa de Pós-
Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará – UFPA.
E-mail: alegria.benchimol@gmail.com

João Batista Ernesto de Moraes

Livre-Docente em Linguística e Documentação
Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP,
campus de Marília.
E-mail: jota@marilia.unesp.br

Resumo

Busca-se investigar a produção científica da Universidade Federal do Pará sobre conhecimentos tradicionais, a partir das teses e dissertações disponíveis no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a fim de verificar como o tema tem sido abordado na instituição. Utiliza para examinar os dados, a análise do discurso de linha francesa e aportes da bibliometria, constituindo-se num estudo quali-quantitativo. Os resultados indicam que o tema é atual e de interesse para a Universidade Federal do Pará, em diversas áreas do conhecimento. Também foi verificado que as discussões locais sobre a temática acompanham o contexto das abordagens nacional e internacional, contudo tendo características próprias relacionadas à localização onde a instituição está inserida, a região amazônica. Finalmente, os resultados apontam que a análise da produção científica de uma instituição se mostra promissora para a compreensão de como determinados temas têm sido abordados, neste caso, os conhecimentos tradicionais.

Palavras-chave: Produção científica. Conhecimentos tradicionais. Análise do discurso. Universidade Federal do Pará.

Abstract

Investigates the scientific production of the Federal University of Pará on traditional knowledge, based on the theses and dissertations available at the Coordination of Improvement of Higher Level Personnel Bank of Theses, in order to verify how the subject has been approached in the institution. It uses data analysis, french line discourse analysis and contributions of bibliometrics, constituting a qualitative-quantitative study. The results indicate that the theme is current and of interest to Federal University of Pará in several areas of knowledge. They also verify that the local discussions on the theme follow the context of the national and international approaches, yet have their own characteristics related to the location where the institution is located, the Amazon region. Finally, conclude that the analysis of the scientific production of an institution shows promise for the understanding of how certain topics have been approached, in this case, the traditional knowledge.

Keywords: Scientific production. Traditional knowledge. Speech analysis. Federal University of Pará.

1. Introdução

A produção científica de uma instituição pode ser vista como sua vitrine, na qual se reflete a amplitude do que vem sendo pesquisado. Mueller e Passos (2000) referem que tanto a ciência quanto a produção do conhecimento científico constituem objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, cada uma propondo suas questões e seus métodos, contudo existindo pontos de interesse. Na Ciência da Informação, esclarecem as autoras, os primeiros estudos sobre comunicação científica utilizaram com frequência a abordagem quantitativa, sendo posteriormente incluídos, por pesquisadores, outros métodos e conhecimentos oriundos de outras áreas.

A bibliometria é um exemplo de abordagem quantitativa amplamente utilizada pela Ciência da Informação na década de 1970, passando por altos e baixos (MUELLER; PASSOS, 2000), mas permanecendo entre as metodologias mais usadas, e como tal, oferece diversas possibilidades de análise e quantificação da produção científica.

Em contraponto, a utilização da análise do discurso, caracterizada pela abordagem qualitativa, pode ser compreendida como um desses métodos e conhecimentos vindos de outra área, no caso da Linguística, mostrando-se também promissora tendo em vista a possibilidade de “enxergar” além do que foi dito no texto.

A discussão envolvendo o acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais é complexa. Zanirato e Ribeiro (2007) afirmam que o tema da proteção deste tipo de conhecimento é relevante, contemporâneo e que envolve muitos interesses. Motivos pelos quais,

este assunto é tratado na esfera internacional e reflete em organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual – OMPI e a Organização Mundial do Comércio – OMC (ZANIRATO; RIBEIRO, 2007, p. 39).

Nesse sentido, Cunha (1999) menciona a dualidade relacionada aos direitos de propriedade intelectual, que perdurou até o ano de 1992. De um lado, recursos genéticos e conhecimentos tradicionais eram considerados patrimônio da humanidade e, como tal, deveriam ser de livre acesso. De outro, no âmbito da biotecnologia, tudo era objeto de patente. E, não por caso, essa diferença de tratamento se dava no contexto da divisão Norte-Sul. Os países do Norte detentores das patentes (tecnologia) e os países do Sul ricos em biodiversidade.

Em 1992, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) mudou este cenário. Os recursos genéticos deixam de ser patrimônio da humanidade e passam a condição de “objeto da soberania dos países em que se localizassem” e o seu acesso seria compensado mediante a transferência de tecnologia (CUNHA, 1999, p. 149).

Zerda Sarmiento (2002) salienta que o interesse sobre os conhecimentos tradicionais cresce desde a década de 1980, por parte de laboratórios de pesquisa, universidades e laboratórios farmacêuticos transnacionais, em especial, voltados para aqueles associados à biodiversidade, com possibilidade de dar subsídio a novas descobertas e aplicações.

Para López Garcés (2007), os processos de acesso e intercâmbio de conhecimentos envolvendo as sociedades tradicionais e as empresas transnacionais são marcados por relações assimétricas, que levaram à necessidade de medidas jurídicas voltadas para a garantia de reconhecimento e repartição justa e equitativa de benefícios.

Essa reivindicação por garantia de direitos envolveu diferentes atores, por exemplo:

Na década de 1980, associações ambientalistas e movimentos sociais de diversas partes do mundo passaram a discutir alternativas de desenvolvimento e a acompanhar as reuniões da ONU. Eles exerceram um papel indutivo, em diversas iniciativas, de formulação e elaboração de políticas ambientais (RIBEIRO, 2003). Não resta dúvida de que o papel desempenhado por estes segmentos sociais, aliados à organização dos povos indígenas, propiciou discutir a proteção dos conhecimentos da população tradicional, inclusive na Conferência do Rio, de 1992 (ZANIRATO; RIBEIRO, 2007, p. 41).

A discussão ganhou destaque na década de 1990, justamente por conta da Convenção. Contudo, verifica-se que a preocupação com a necessidade de proteção se direciona principalmente aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, norteadas pelo atraente fator comercial (LÓPEZ GARCÉS, 2007).

Assim, estas e outras questões que se desdobram atreladas aos conhecimentos tradicionais e aos seus detentores, seja no que diz respeito ao reconhecimento, à repartição dos benefícios, aos seus territórios, a casos de apropriação indevida, etc., passam a constar com maior frequência como objeto de investigação e assim constituir uma produção científica significativa.

Desta forma, entendendo que a partir da análise da produção científica de uma instituição, é possível verificar, dentre outras coisas, os temas abordados, a intensidade dessas pesquisas, as ideologias predominantes, as pessoas, grupos ou áreas que conduzem as discussões, assim como o seu impacto no meio científico, tem-se como objetivo investigar

como o tema conhecimentos tradicionais tem sido abordado na produção científica da Universidade Federal do Pará (UFPA), tomando como referência as teses e dissertações disponíveis no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Sabe-se que a temática tem alcançado grande projeção no cenário nacional.

Para isso, utiliza-se teórica e metodologicamente da análise do discurso de linha francesa, pautada no entendimento de Orlandi (1986, 1999), e de aportes da bibliometria para a análise dos dados coletados, constituindo-se assim, num estudo quali-quantitativo.

Uma vez tratadas as questões introdutórias, o artigo segue abordando a conceituação da expressão conhecimentos tradicionais, os aspectos teóricos da análise do discurso e os procedimentos metodológicos adotados. Tópicos posteriores trazem os resultados e as considerações finais alcançadas.

2. Conhecimentos tradicionais

Ao longo de sua existência, o homem tem utilizado diversas formas de conhecimento na tentativa de explicar o mundo a sua volta. Burke (2003, p. 21) afirma que “há ‘conhecimentos’ no plural em toda cultura”. Nesse sentido, os conhecimentos tradicionais constituem uma dessas formas de conhecer utilizadas pelo homem, precisamente, por povos e comunidades tradicionais, compreendidos no art. 3º do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, não paginado).

Conforme se pode observar, as especificidades de seus detentores, a forma como se relacionam com o território e a maneira com que lidam com os recursos da natureza, propiciam a existência deste tipo de conhecimento, caracterizado pela transmissão através das gerações e pela oralidade. Aspectos que podem ser encontrados na definição de conhecimentos tradicionais expressa por López Garcés (2007, p. 71), para a qual:

[...] poder-se-ia afirmar que os conhecimentos tradicionais são aqueles produzidos pelas sociedades possuidoras de rasgos culturais específicos que as diferenciam das sociedades nacionais onde estão imersas. Estes conhecimentos constituem sistemas dinâmicos que se atualizam constantemente; estão estreitamente relacionados com os ambientes físicos e socioculturais destas sociedades (ZERDA, 2003); podem ou não

constituir bens coletivos das mesmas (GUPTA, 2000); e são geralmente transmitidos através da oralidade.

Cabe ressaltar que, por influência do fator comercial, uma parte dos conhecimentos tradicionais tem despertado mais interesse (LÓPEZ GARCÉS, 2007), ou seja, aquela em que há possibilidade do desenvolvimento de novos produtos e aplicações (ZERDA SARMIENTO, 2002). Isto é, o conhecimento tradicional associado, definido no art. 2º da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, como: “informação ou prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético” (BRASIL, 2015, não paginado).

Portanto, conforme afirma Moreira (2007, p. 34), os conhecimentos tradicionais:

[...] que até então se destinavam à manutenção das formas de vida das sociedades tradicionais, a partir do século XX passam a ser vistos sob uma ótica utilitarista decorrente do novo cenário científico e tecnológico que se delineia e que ganha contornos claros com a ascensão de novas tecnologias as quais passam a identificar nesses recursos um forte potencial industrial.

Em que pese a abordagem na qual se faz a distinção entre conhecimentos tradicionais associados e não associados à biodiversidade, importa referir que os povos indígenas e as comunidades tradicionais os veem de forma integrada (LÓPEZ GARCÉS; AZEVEDO; OLIVEIRA, 2007).

3. Um exercício teórico-metodológico

Ao propor usar a análise do discurso de linha francesa como metodologia para a análise dos dados, faz-se necessário o seu entendimento teórico, tendo em vista que a metodologia não está dissociada da teoria. Dito isto, a seguir tem-se um apanhado que constituiu fio condutor da pesquisa.

3.1 Aportes teóricos sobre análise do discurso

O fazer científico se ampara em pressupostos que norteiam o pesquisador. Neste caso, entender como a análise do discurso está inserida na Linguística e o seu funcionamento são essenciais. Conforme esclarece Orlandi (1986, p. 66-67), “a Linguística, ciência fundada por Saussure, teve seus muitos métodos (destacadamente o estruturalismo e o gerativismo) e constituiu seu objeto específico, a língua-sistema, enquanto princípio de classificação e de explicação”, havendo continuidades e rupturas na reflexão sobre a linguagem, possibilitando a identificação de linhas de pensamento, como a linha formalista-logicista, a linha histórica e uma linha mais dispersa. A análise de discurso não se apresenta como outra linha, mas sim “trabalha os confrontos entre as que existem”.

Desta forma, de acordo com Orlandi (1999, p. 15):

a Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive.

Tendo como “[...] proposta básica considerar como primordial a relação da linguagem com a exterioridade”, isto é, “as chamadas *condições de produção* do discurso: o falante, o ouvinte, o contexto da comunicação e o contexto histórico-social (ideológico)” (ORLANDI, 1986, p. 60). Trata-se de “uma teoria crítica da produção da linguagem”, passando “da análise da *frase* para a do *texto* (oral ou escrito)” (ORLANDI, 1986, p. 61).

Nesta perspectiva, pode-se constatar a existência de duas visões distintas de análise do discurso: a linha americana e a linha europeia. A esta última, aqui chamada de análise do discurso de linha francesa ou de tradição francesa, em que se incorpora por meio da noção de sujeito, a de ideologia e de situação social e histórica, refletindo sobre as questões de poder e das relações sociais (ORLANDI, 1986), podem ser apontados três autores fundamentais, a saber: Michel Pêcheux, Michel Foucault e Jean Dubois.

Procurando mostrar o funcionamento dos textos, a análise de discurso observa sua articulação com as “formações ideológicas” (ORLANDI, 1986, p. 63). Na visão de Orlandi (1986, p. 64), “para a análise de discurso, a linguagem é *produzida* pelo sujeito, em condições determinadas, e quem a analisa deve procurar mostrar o seu processo de produção”.

E essa intenção da análise do discurso, de mostrar a relação de sentidos estabelecida num dado contexto social e histórico, ao mesmo tempo em que se revela atraente também é desafiadora, uma vez que essa relação não é simples e pode não ser tão óbvia. Além de que, conforme ressalta Barros (2015), existe a possibilidade da compreensão inadequada da análise do discurso enquanto aporte metodológico, fazendo-se necessária a descrição dos métodos e dos conceitos, mas também delimitando o seu histórico e os diferentes momentos da sua teoria.

Desta forma, mostra-se importante para esse exercício teórico-metodológico entender os aspectos anteriores à análise do discurso, a importância da história e da ideologia, a sua própria fundação, fazendo referência a Michel Pêcheux e Jean Dubois, assim como, as três épocas da análise do discurso, a sua linha francesa e a prática brasileira.

Ao se falar de teoria e metodologia juntas, encontra-se a ideia de recorte teórico-metodológico de Mittmann (2007, p. 153), segundo a qual:

Dependendo do recorte teórico-metodológico efetuado pelo analista, diferentes caminhos podem ser percorridos. E por que recorte teórico-metodológico, e não apenas metodológico? Porque nossa análise parte, em primeiro lugar, de um olhar específico, determinado pelo quadro epistemológico definido por Pêcheux e Fuchs já em 1975, em que se unem o histórico e o linguístico numa teoria do discurso atravessada pela teoria psicanalítica. Porque a partir deste olhar, não fazemos uma descrição do texto, mas uma teorização sobre o discurso, ou seja, tomamos o texto como unidade linguística para análise do funcionamento do discurso e reflexão sobre as condições históricas de produção/leitura. E porque, nesta teorização, não efetuamos uma análise exaustiva, tentando dar conta de todos os aspectos envolvidos, mas trabalhamos profundamente sobre alguns aspectos discursivos inter-relacionando arqueologicamente noções teóricas pertinentes.

Dito de outra forma pela autora,

E, por nosso objeto de análise ser um objeto teórico, é preciso ressaltar que a teorização determina o procedimento metodológico, da mesma forma que este nos faz refletir sobre a teoria. E ambos levam à constituição do corpus, o que significa dizer que o corpus não está dado, mas é construído pelos gestos do analista de pôr unidades em contato, selecionar sequências, agrupá-las em blocos, voltar à teoria para, a partir dela, construir recortes, relacioná-los e, a partir deles, repensar a teoria, num movimento em espiral de retomadas de aspectos metodológicos e teóricos, lançando novos olhares, surpreendendo-se (MITTMANN, 2007, p. 155).

Esclarecida a importância da teoria relacionada ao procedimento metodológico na análise do discurso, adiante, se tem a descrição de como se deu a constituição do *corpus* de análise e como foi trabalhado neste artigo.

4. Procedimentos metodológicos

Levando-se em consideração que, conforme ensina Orlandi (1999), a constituição do *corpus* de análise é um dos primeiros pontos a considerar, na condução deste estudo, para investigar como o tema conhecimentos tradicionais tem sido abordado na produção científica da UFPA, optou-se por pesquisar no Banco de Teses da Capes, as teses e dissertações que abordam a temática, tendo em vista que uma das linhas de ação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior é voltada para as atividades de acesso e divulgação da produção científica (CAPES, 2008).

A Capes, uma Fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da Pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Em julho de 2002, a Capes disponibilizou o Banco de Teses, com o objetivo facilitar o acesso às referências e aos resumos das teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação brasileiros, contando com informações de trabalhos, defendidos a partir de 1987 e alimentado por dados fornecidos pelos próprios programas de pós-graduação. Atualmente, permite a realização de pesquisa por autor, título, instituição, nível, ano de defesa do trabalho, resumo, palavras-chave, biblioteca, linha de pesquisa, área de conhecimento, programa, agência financiadora, assim como a possibilidade de pesquisar em todos os campos (CAPES, 2017).

Utilizou-se na estratégia de busca as expressões “conhecimento tradicional” e “conhecimentos tradicionais”, por dois motivos: o primeiro, com os termos entre aspas, a fim de recuperar apenas aqueles trabalhos em que as palavras se encontrassem relacionadas, evitando ocorrências em que somente uma fosse mencionada não sendo útil à pesquisa; e segundo, usando singular e plural, por se constatar haver diferença no número de itens recuperados.

Num primeiro levantamento, verificou-se no banco um total de 466 e 325 trabalhos recuperados para os termos utilizados, respectivamente, abrangendo os anos de 1996 a 2017, o que sugere a relevância e atualidade do tema pesquisado no âmbito nacional. A partir destes dados, aplicou-se como filtro a instituição de interesse para o estudo “UFPA”, restringindo para 25 e 17 trabalhos, excluindo-se as duplicatas, restaram 37 trabalhos para análise, distribuídos em 8 teses e 29 dissertações.

Definido o *corpus* de análise, observou-se num primeiro momento, alguns elementos a serem investigados e tabulados, tais como: tipo de trabalho, autoria, ano, programas,

orientadores e membros da banca, que possibilitam um panorama de atuação dentro da universidade ou nas palavras de Orlandi (1999, p. 65), “um primeiro tratamento de análise superficial”. Paralelamente, também foram coletados os seguintes dados: título, palavras-chave e resumo, a fim de identificar a forma como o tema foi abordado no trabalho, se consistiu em assunto predominante ou secundário de pesquisa, confrontando, reiterando e complementado os dados levantados e quando cabível, relacionando com a literatura pertinente. Esses passos constituíram o “processo de-superficialização”, isto é, na análise do “como se diz”, “quem diz”, “em que circunstâncias” etc. (ORLANDI, 1999, p. 65). E assim, postos os aspectos teóricos e metodológicos que nortearam esta análise, apresentamos os resultados alcançados.

5. Resultados

Na busca pela produção científica da UFPA que aborda os conhecimentos tradicionais foi possível constatar que, em âmbito nacional, encontram-se trabalhos sobre o tema desde o ano de 1996, o que pode refletir o período vivido, pois, conforme afirma López Garcés (2007, p. 71-72), “as discussões sobre a necessidade de proteger os conhecimentos dos povos indígenas e das populações tradicionais iniciaram-se na década de 1980”, contudo, “essas discussões tomaram força na década de 1990, com a Convenção Sobre a Biodiversidade (CDB)”.

Na instituição, o primeiro trabalho apresentado data de 2002, uma diferença de 6 anos entre a realização das pesquisas, decorrente do mestrado em Direito, com enfoque na proteção legal da biodiversidade. A abordagem jurídica, tem presença constante nos estudos, tendo em vista que foi o fator que desencadeou as discussões e continua presente na atualidade. Conforme López Garcés (2007, p. 72), a proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade predomina nas discussões, sobretudo,

[...] incentivada, entre outros fatores, pelo forte componente comercial relacionado ao acesso a este tipo de conhecimento tradicional e pela relação econômico-política desequilibrada entre países industrializados do Norte e países em desenvolvimento do Sul, ricos em biodiversidade. Até o momento, tem predominado o enfoque do mercado como fator decisivo nas discussões sobre a necessidade de proteger os conhecimentos tradicionais. Como argumenta Zerda (2003), o cenário dessas discussões é constituído das relações assimétricas de poder e de interesses entre os diversos atores envolvidos nos processos interculturais de intercâmbio de conhecimentos e os significados destes conhecimentos para as sociedades detentoras e para os atores que pretendem fazer uso dos mesmos.

O fator comercial atrelado aos conhecimentos tradicionais também se fez notar na produção da UFPA, confirmando a abordagem apontada pela autora. Um dos textos, por

exemplo, ao usar o conceito de Arranjo Produtivo Local para um estudo de caso de instituições e micro e pequenas empresas envolvidas na produção de fitoterápicos, entende o acesso aos conhecimentos tradicionais amazônicos como uma vantagem competitiva das empresas, assim como o acesso às matérias-primas amazônicas extrativistas. No trabalho analisado consta também que as atividades desenvolvidas pelas empresas possibilitam desenvolvimento sustentável na Amazônia, sendo “fonte propulsora de desenvolvimento econômico e social” no que se tem caracterizado como uma “região rica de natureza, mas de povo pobre”. Conforme se exemplifica:

Este trabalho tem como objetivo principal descrever como o conhecimento tradicional da mulher marisqueira e pescadora de rio e mar, da localidade de Caratateua, RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá - PA, contribui na inserção e comercialização no mercado de novas espécies de pescado (PALHETA, 2013, p. 8).

A partir do conceito de Arranjo Produtivo Local (APL) estudamos, utilizando a metodologia de estudo de caso, instituições, num local de 29, e micro e pequenas empresas formais, totalizando 08, situadas em Manaus envolvidas na produção de fitoterápicos. Verificamos as vantagens e dificuldades competitivas locais, a interação entre as empresas, a interação entre empresas e instituições locais considerando os processos inativos, as atividades cooperativas entre os agentes, políticas públicas, relações com o sistema de inovação local e conhecimento tradicional amazônico. As empresas contam com as vantagens competitivas como os incentivos fiscais do Pólo Industrial de Manaus (PIM), acesso ao conhecimento tradicional amazônico, contribuições de instituições ensino e pesquisas locais como Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia (INPA) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM), incubadora de empresas e acesso às matérias-primas amazônicas produzidas de forma extrativa. Falta ordenar o fornecimento de matérias-primas amazônicas e atender exigências de normalizações legais e de qualidade para atender os mercados nacional e internacional devido dificuldades de governança e de políticas públicas específicas voltadas para este ramo de atividade, mas o desenvolvimento das atividades das empresas vem ganhando expressão, com crescimento do número de empregados, por estarem atreladas às possibilidades de desenvolvimento sustentável na Amazônia e, principalmente, por sua localização na maior biodiversidade do planeta. Trata-se de uma oportunidade ímpar, apesar das dificuldades, para ser uma fonte propulsora de desenvolvimento econômico e social numa região rica de natureza, mas de povo pobre (BOTELHO, 2004, p. 9).

Conforme afirmam Pinheiro et al. (2007, p. 244), essa visão de conhecimentos tradicionais atrelada ao consumo acaba por distanciá-lo do seu real papel “normalmente relacionado ao conjunto de valores socioculturais que constituem a identidade das comunidades tradicionais”.

López Garcés (2007, p. 71) esclarece que o crescente interesse pelos conhecimentos tradicionais desencadeou as discussões, uma vez que o acesso a esses conhecimentos muitas vezes significa um “atalho” que permite a economia de milhões de dólares e muitos anos de pesquisa. Essas “relações assimétricas” que caracterizam o acesso e o intercâmbio de conhecimentos colocaram em evidência a importância de se pensar “a necessidade de

estabelecer mecanismos jurídicos que regularizassem essas relações para garantir o reconhecimento do saber e a repartição justa e equitativa de benefícios para os detentores dos conhecimentos tradicionais”.

A primeira tese defendida sobre o tema na UFPA, intitulada “a proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: entre a garantia do direito e a efetividade das políticas públicas”, data de 2006, e é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), cuja autora possui graduação e mestrado em Direito. Nota-se que ambos os estudos, primeiras dissertação e tese, trazem em seu bojo as questões jurídicas que envolvem a discussão do assunto, corroborando o grande interesse da área pelo tema.

Ainda sobre a abordagem jurídica que envolve a proteção desses conhecimentos, encontra-se presente em boa parte dos trabalhos desenvolvidos na UFPA, predominante no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), mas também presente em outros programas, como Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA), Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGGRN) e PPGDSTU, conforme se pode constatar nos seguintes trechos:

Investigar o potencial das Indicações Geográficas para a *proteção de produtos da agrobiodiversidade, derivados de conhecimento tradicional*, é o objetivo central deste trabalho acadêmico (OLIVEIRA, 2015, p. 7).

As estratégias de reprodução dessas comunidades e de renovação da tradição exigiram a ressignificação de *instrumentos jurídicos* em torno da regularização fundiária e da propriedade privada (MARTINS, 2014, p. 8).

A presente dissertação trata da *tutela jurídica dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade*, com enfoque na análise da compatibilidade da isenção de repartição de benefícios ao setor empresarial estabelecida pela Lei 13.123/2015 com as *normas internacionais de direitos humanos de proteção da sociodiversidade* (OLIVEIRA, 2016, p. 7).

O trabalho aborda o contexto ambiental no espaço global, especialmente a *proteção da biodiversidade*, ressaltando o papel da biopolítica para o estabelecimento de *norma de proteção ao acesso aos recursos biológicos* (BENTES, 2002, p. 10).

A expressão fazer a varja converge para processos históricos que refletem a dinâmica cultural e política dessas unidades domésticas, em especial, a que diz respeito aos seus *direitos de reconhecimento de um território etnicamente configurado*, objeto de reivindicação e *proteção* face às ameaças dos pretensos proprietários e o agronegócio que se orienta para a várzea e terra firme (RODRIGUES, 2014, não paginado).

A presente tese trata da *proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade*, preocupando-se com a *garantia dos direitos* e a efetividade das políticas públicas (MOREIRA, 2006, não paginado).

Por estas e outras razões que serão expostas, as quebradeiras representam a *proteção de seus conhecimentos* como incluindo uma vasta pauta de reivindicações associadas à *garantia* das condições de produção e reprodução de seu modo de vida e trabalho e de seus elementos culturais, que vão desde uma melhor inserção de seus produtos no mercado até a valorização da mulher no campo e o *reconhecimento de uma forma de juridicidade*, por elas desenvolvida e praticada, que lhes garante o livre acesso e uso comum dos babaçuais, independentemente se localizados em propriedades privadas ou terras públicas, ou seja, a denominada "*lei*" do babaçu livre ou do coco liberto (SILVA NETO, 2008, não paginado).

Esta tese analisa o conceito de *proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais* na Pan- Amazônia, apresentando seus sentidos variáveis de acordo com os agentes que o invocam (DOURADO, 2014, não paginado).

Esse trabalho versa sobre a discussão da implementação dos principais *instrumentos de salvaguarda dos direitos dos povos e comunidades tradicionais*, presentes na CDB, quando se trata de *regime de acesso e repartição de benefícios* (ARB), analisando os *marcos regulatórios nacionais* - Medida Provisória (MP) 2.186-16/2001 e a Lei Federal 13.123/2015 (TOLEDO, 2016, p. 7).

Observa-se também que, a partir dos primeiros trabalhos, o interesse pelo tema permanece até os dias de hoje, configurando sua relevância e atualidade no cenário local e nacional. No caso da UFPA, de 2002 a 2009, com exceção do ano 2003, a cada ano uma dissertação foi defendida, passando a duas em 2010, a três por ano em 2012 e 2013, a quatro dissertações por ano em 2014 e 2015, e cinco trabalhos em 2016. Em 2011, não se constatou nenhum trabalho e, até o período de realização do levantamento, em 2017, já se tem uma dissertação defendida sobre conhecimentos tradicionais. Desta forma, pode-se dizer que há uma constante até por volta de 2010, daí em diante um crescente número de trabalhos desenvolvidos (Quadro 1).

Quadro 1 – Produção científica da UFPA sobre conhecimentos tradicionais, de acordo com tipo de trabalho, ano e programa de pós-graduação.

Ano	Tipo de Trabalho	
	Dissertação	Tese
2002	PPGD (1)	-
2004	PPGDSTU (1)	-
2005	PPGCA (1)	-
2006	PPGBA (1)	PPGDSTU (1)
2007	PPGCS (1)	PPGDSTU (1)
2008	PPGD (1)	PPGSC (1)
2009	PPGECM (1)	-
2010	PPGD (2)	-
2011	-	PPGDSTU (1)
2012	PPGCS (1) PPGAA (1) PPGDSTU (1)	-

2013	PPGAA (1) PPGDSTU (1) PPGEAP (1)	-
2014	PPGAA (2) PPGGRN (1) PPGSS (1)	PPGA (1) PPGD (1)
2015	PPGAA (1) PPGD (1) PPGECEM (1) PPGA (1)	-
2016	PPGAA (1) PPGD (1) PPGA (1) PPGGRN (1) PPGLSA (1)	PPGBB (1) PPGQ (1)
2017	PPGG (1)	-
Total	29	8

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os dados do Quadro 1, há entre 2006 e 2008, uma tese defendida anualmente, outra defesa em 2011, duas em 2014 e o mesmo número em 2016. Cabe informar que deste total, três estão vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, as duas primeiras e a de 2011. Assim como, três dissertações são provenientes deste programa, inclusive a primeira datando de 2004, anterior a primeira tese defendida na UFPA sobre o tema.

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pertence ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, unidade de pós-graduação e de pesquisa que se constitui de caráter interdisciplinar, e se configura como um dos programas que mais produz sobre o tema conhecimentos tradicionais, ao lado do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, programa que também se constitui de caráter interdisciplinar e que oferta mestrado interinstitucional, envolvendo a UFPA e a EMBRAPA Amazônia Oriental, tendo ambos os programas desenvolvido seis trabalhos sobre a temática.

Convém mencionar que o Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas possui entre seus grupos de pesquisa um intitulado “Direito e Gestão de Recursos Naturais na Produção Familiar de Povos e Comunidades Tradicionais-Locais”, liderado por Noemi Sakiara Miyasaka Porro, graduada em Engenharia Agrônoma, mestre em Conservação Tropical e

Desenvolvimento e doutora em Antropologia Social, que foi quem mais orientou estudos sobre conhecimentos tradicionais, totalizando quatro trabalhos, e que também aparece como membro da banca examinadora de pelo menos dois autores.

Ao observar que os programas de pós-graduação interdisciplinares da UFPA produzem ativamente sobre os conhecimentos tradicionais infere-se que o tema interessa a diferentes áreas do conhecimento e possibilita uma diversidade de olhar. Neste sentido, a interdisciplinaridade que envolve os estudos sobre conhecimentos tradicionais evoca o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento a fim de tentar elucidar os problemas em que o assunto está envolto.

Contudo, mesmo parecendo evidente as potencialidades desse “olhar interdisciplinar” sobre o tema, o que se nota nos textos são diferentes áreas abordando o tema conhecimentos tradicionais cada uma com seu ponto de vista, isto é, na realidade, há uma pluridisciplinaridade, ao se distinguir os conceitos, conforme apregoa Japiassu¹ (1976 *apud* PINHEIRO, 1998, p. 138, grifo nosso):

Multidisciplinaridade é a “gama de disciplinas que propomos simultaneamente, mas sem fazer aparecer as relações que podem existir entre elas” enquanto a *pluridisciplinaridade* é traduzida pela “justaposição de diversas disciplinas situadas geralmente no mesmo nível hierárquico e agrupadas de modo a fazer aparecer as relações existentes entre elas”. (Japiassu, 1976)

Mas as disciplinas têm enfoques específicos e o real de cada uma é sempre reduzido ao ângulo de visão particular dos seus especialistas. Cada um deles adota sua forma de observar, representar e explicar sua realidade, própria da “dimensão do humano”, portanto, sendo uma visão monodisciplinar, é parcial e limitada da sua realidade. Consequentemente, essa visão unidisciplinar vai fragmentar o objeto e “reduzi-lo à sua escala própria”. A *interdisciplinaridade* pode ser traduzida. “[...] antes de tudo, como o esforço de reconstituição da unidade do objeto que a fragmentação dos métodos inevitavelmente pulveriza (Japiassu, 1976, p. 66 e 67).

O programa que desponta como o que mais produziu sobre o assunto em tela, total de sete trabalhos, é o de Pós-Graduação em Direito, que como já mencionado, foi de onde partiu o primeiro estudo apresentado na UFPA. Predomina nesse programa, a abordagem sobre a questão da proteção dos conhecimentos tradicionais, assim como a própria questão da legislação sobre o tema. Eliane Cristina Pinto Moreira, que defendeu a primeira tese sobre conhecimentos tradicionais na UFPA, agora professora da instituição, coordena o grupo de pesquisa “Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais”, e aparece como orientadora de dois dos trabalhos defendidos no mesmo programa, assim como participante de bancas examinadoras de autores que abordaram o tema.

¹ JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

Além dos três programas já citados, há produção sobre conhecimentos tradicionais nas seguintes áreas, em nível de pós-graduação: Antropologia (PPGA) e Ciências Sociais (PPGCS), com três trabalhos cada; Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) e Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGGRN), com dois trabalhos cada; Biodiversidade e Biotecnologia (PPGBB), Biologia Ambiental (PPGBA), Ciência Animal (PPGCA), Ecologia Aquática e Pesca (PPGEAP), Geografia (PPGG), Linguagens e Saberes na Amazônia (PPGLSA), Química (PPGQ) e Serviço Social (PPGSS), cada um com uma contribuição - panorama que reflete a abrangência do tema.

Flavio Bezerra Barros, doutor em Biologia da Conservação, docente e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas e Antropologia; e Jane Felipe Beltrão, mestre em Antropologia Social, doutora em História, e docente nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Direito, também constam, cada um, com duas orientações e participação em bancas examinadoras. Tendo os demais docentes/orientadores encontrados, uma orientação apenas.

Levando-se em consideração que, na busca utilizando o termo “conhecimento tradicional”, recuperou-se trabalhos provenientes de, pelo menos, 113 instituições, cabe observar o interesse e a relevância da produção da UFPA na discussão do tema em âmbito nacional, representando grande parte deste total, tendência que pode estar relacionada ao lugar onde se insere a instituição, a região amazônica, densamente povoada por populações detentoras de conhecimentos tradicionais.

Ao se configurar como a área de pesquisa da maior parte dos trabalhos, os diferentes detentores desses conhecimentos, residentes na região amazônica, são arrolados como sujeitos da pesquisa, podendo-se destacar povos indígenas, trabalhadores rurais, ribeirinhos, pescadores e tiradores de açaí. Nota-se que é comum que a maioria desses sujeitos habitem espaços rurais, comparando com o ambiente urbano pouco explorado nos trabalhos.

Quanto aos assuntos recorrentes, para além da questão da proteção dos conhecimentos tradicionais, merecem também destaque a questão da relação dos seus detentores com o território e a sua importância para a temática da sustentabilidade.

Ao se entender o contexto de que se trata de produção científica sobre os conhecimentos tradicionais, isto é, o olhar da Ciência sobre esse tipo de conhecimento, nota-se determinados

aspectos em que, embora se reconheça a importância deles e dos seus detentores, ainda prevalece o caráter de “superioridade” da ciência, como se pode observar.

Os resultados apresentados revelam o *saber acurado e detalhado dos pescadores de Ajuruteua*. De acordo com os pescadores entrevistados a dieta alimentar dos peixes corvina, cururuca, gó e pescada-amarela esteve baseada principalmente no consumo de sardinha e camarão. *Há similaridade nos relatos sobre o conhecimento do hábito alimentar dos peixes fornecidos pelos pescadores, das informações disponíveis na literatura e nas análises de conteúdo estomacal*. Foram relatados fenômenos etológicos relacionados à alimentação, fisiologia, reprodução e parasitismo. Os pescadores indicaram também as principais unidades espaciais ocupadas pelos peixes e prováveis razões para o deslocamento entre essas unidades. [...] Desta forma, é destacado neste estudo o *papel fundamental da etnobiologia na obtenção de dados plausíveis para o manejo da pesca a partir do conhecimento de pescadores* (BARBOSA, 2006, não paginado).

Percebe-se no fragmento do texto, a importância dos conhecimentos dos pescadores, caracterizados como acurados e detalhados. Contudo, o estudo tem uma abordagem de “avaliação” deste conhecimento por parte da “Ciência”, no caso, da etnobiologia, que é referida como fundamental para obtenção de dados plausíveis para o manejo da pesca, a partir do conhecimento dos pescadores. Este caráter avaliativo, validativo, legitimador, atribuído à Ciência é encontrado em diferentes passagens: “Foi realizado um estudo para *avaliar o conhecimento tradicional* dos pescadores de Mamirauá na discriminação do sexo” (PPGCA).

Uma tendência de valorização do conhecimento científico, já foi criticada por autores como Borges e Gondim (2003), Santos (2005) e Lévi-Strauss (2006) ao entenderem a existência de uma tradição discursiva da Ciência, impregnada de poder e dominação desde o Colonialismo, relegando os conhecimentos dos povos colonizados a uma condição de inferioridade, ao classificá-los como inverdades, algo de menor valor. Santos (2005, p. 26) chamou de “múltiplas ‘destruições criadoras’” a base do Colonialismo que buscava compactar a compreensão do mundo à visão ocidental.

A produção do Ocidente como forma de conhecimento hegemônico exigiu a criação de um Outro, constituído como um ser intrinsecamente desqualificado, um repositório de características inferiores em relação ao saber e poder ocidentais e, por isso, disponível para ser usado e apropriado (SANTOS, 2005, p. 28).

Para Pinheiro et al. (2007, p. 245), os discursos que valorizam o conhecimento científico o distanciando dos conhecimentos tradicionais é pertinente na medida em que “facilita a apropriação do conhecimento tradicional por parte de um segmento que não valoriza o processo de produção secular que gerou tal saber”. Segundo os autores, ao se analisar, o que se nota é que “não é o saber que não é valorizado e desqualificado e sim o detentor, a comunidade local

que é desvalorizada no processo de apropriação desse saber em sua sistematização pelo método científico [...]”.

Em contraposição, a abordagem trazida por uma dissertação em Direito chama a atenção, ao entender a escola indígena como espaço privilegiado e estratégico de diálogos interculturais, invertendo as posições, dando aos conhecimentos tradicionais o papel de protagonista.

A educação escolar para povos indígenas serve historicamente aos propósitos colonizadores de integração e assimilação à sociedade hegemônica. A partir do protagonismo de lideranças indígenas e das conquistas legais inscritas na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB- Lei 9.394/96) e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a escola indígena passa a se constituir espaço privilegiado e estratégico de diálogos interculturais, onde se trabalham tanto os conhecimentos tradicionais, como os demais conhecimentos requeridos pelos interessados à qualificação de quadros técnicos e políticos na/para o movimento indígena. Na dissertação, apresenta-se a trajetória histórica do povo Kyikatêjê, desde o atual estado do Maranhão até a Reserva Indígena Mãe Maria, na região Sudeste do estado do Pará. Trabalha-se a apropriação de direitos à educação escolar pelos Kyikatêjê que no exercício da autonomia e da autodeterminação constroem no espaço da escola TataktiKyikatêjê os rumos da educação escolar que se constitui, hoje, em instrumento de luta face à negação e não-efetividade de direitos. Contextualizam-se as estratégias de lideranças e parceiros de povos indígenas no enfrentamento cotidiano pela efetivação do direito à educação escolar nos diversos níveis de ensino, conforme a demanda pela preparação de quadros para atuar na defesa e promoção de direitos relativos aos territórios, à educação de qualidade nas aldeias, à saúde e à sustentabilidade econômica frente às históricas ameaças. Tais estratégias correspondem ao esforço de se instituir e manter-se Kyikatêjê (FERNANDES, 2010, p. 5).

A própria escolha por qual termo utilizar ao se referir a esse tipo de conhecimento é um ponto a destacar, já que existem diferentes formas usadas para designá-lo, por exemplo: conhecimento tradicional, conhecimento local, conhecimento indígena, etnociência, etc., cabendo aqui ressaltar o uso no plural ou no singular do primeiro, evidente no levantamento realizado. Conforme menciona Cunha (2007, p. 78-79):

Há pelo menos tantos regimes de conhecimento tradicional quanto existem povos. É só por comodidade abusiva, para melhor homogeneizá-lo, para melhor contrastá-lo ao conhecimento científico, que podemos usar no singular a expressão “conhecimento tradicional”. Pois enquanto existe, por hipótese, um regime único para o conhecimento científico, há uma legião de regimes de saberes tradicionais.

Mesmo levando em consideração o entendimento de Cunha (2007), acredita-se que a opção pelo uso de um ou outro termo, no caso, singular ou plural, é realizada como uma forma de marcar o lugar de fala do autor, seja intencionalmente ou não, clarificando o seu ponto de vista sobre o assunto, se tende a supervalorização do conhecimento científico na contraposição aos conhecimentos tradicionais, na forma de “comodamente”, “homogeneizá-lo” para “melhor

contrastá-lo” ou como uma forma de externalizar a multiplicidade que envolve estes conhecimentos, propondo uma perspectiva mais ampla que transcenda a abordagem do que está ou não associado a biodiversidade.

Cabe aqui ressaltar que conhecimento científico e conhecimentos tradicionais configuram diferentes tipos de conhecimento e que, por isso, não devem ser entendidos como superior ou inferior, mas tão somente diferentes.

6. Considerações finais

Observa-se que a análise da produção científica de uma instituição pode ser reveladora, possibilitando a identificação dos mais variados aspectos. No caso das teses e dissertações sobre o tema conhecimentos tradicionais defendidos na UFPA, disponibilizadas no Banco de Teses da Capes, mostraram-se promissoras na busca pela compreensão de como o tema em questão tem sido abordado.

De modo geral, a análise dos dados levantados permitiu presumir que a produção científica da UFPA sobre os conhecimentos tradicionais é relevante no cenário local e nacional, que há uma predominância da abordagem jurídica e que o componente comercial atrelado aos conhecimentos tradicionais se faz presente nos trabalhos analisados.

Foi possível constatar ainda que a discussão do tema é relevante e atual e que existe uma constante na produção institucional sobre conhecimentos tradicionais até por volta do ano de 2010 e daí em diante um crescente no número de trabalhos defendidos.

Outro ponto a se destacar é que os Programas de Pós-Graduação interdisciplinares produzem ativamente sobre o tema, o que demonstra o interesse de diferentes áreas e uma diversidade de olhar, e que o potencial da abordagem interdisciplinar do tema é grande, mas prevalecem os estudos pluridisciplinares.

A Pós-Graduação em Direito é quem mais produz sobre os conhecimentos tradicionais, com enfoque na proteção desses conhecimentos e a legislação que os envolvem. Observou-se também que apesar da abrangência de discussão sobre o tema que envolve vários programas, orientadores e membros das bancas examinadoras, nota-se que há maior influência daqueles que possuem Grupo de Pesquisa sobre o tema conhecimentos tradicionais.

Entende-se que o interesse institucional pela temática pode se relacionar com a localização na região amazônica que é densamente habitada por populações tradicionais, e uma vez escolhida como *locus* de pesquisa, são apontados diferentes detentores de conhecimento tradicionais como sujeitos dessas pesquisas, destacando-se povos indígenas, trabalhadores rurais, ribeirinhos, pescadores, tiradores de açaí, quebradeiras de côco-babaçu, entre outros, a maioria situada fora dos ambientes urbanos.

Para além da questão da proteção dos conhecimentos tradicionais, os assuntos também recorrentes são a sua relação com o território e a sua importância para a sustentabilidade. Não se pode deixar de mencionar que, por se tratar de estudos científicos, nota-se uma tendência de valorização do conhecimento científico, tomado como avaliador, validador e até legitimador dos conhecimentos tradicionais e que a própria escolha pela utilização do termo no singular ou no plural revela o lugar de fala do autor, seja intencional ou não.

Contudo, o que importa a esta pesquisa é, clarificar que por se tratar de diferentes formas de conhecer, relacionadas a experiências e contextos diferentes, conhecimento científico e conhecimentos tradicionais não devem ser tomados a partir da ideia de superioridade ou inferioridade, mas entendidos em suas especificidades.

Referências

BARBOSA, R. S. L. **Interface conhecimento tradicional x conhecimento científico: um olhar interdisciplinar da etnobiologia na pesca artesanal em Ajuruteua, Bragança-Pará.** 2006. 60 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental, Instituto de Estudos Costeiros, Universidade Federal do Pará, Bragança, 2006.

BARROS, T. H. B. Por uma teoria do discurso: reconsiderações histórico-conceituais. In: _____. **Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso: inflexões histórico-conceituais.** São Paulo: UNESP: Cultura Acadêmica, 2015. p. 27-71. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

BENTES, A. M. **A proteção legal da biodiversidade: aspectos da sociobiodiversidade na Amazônia brasileira.** 2002. 120 f.; Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

BORGES, L. C.; GONDIM, L. **O saber no mito: conhecimento e inventividade indígenas.** Rio de Janeiro: Teatral, 2003.

BOTELHO, J. B. L. R. **Caracterização e potencialidades de desenvolvimento do arranjo produtivo de fitoterápicos de Manaus-AM.** 2004. 189 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 fev. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 13 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 maio 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm#art50>. Acesso em: 13 set. 2018.

BURKE, P. Sociologias e histórias do conhecimento: introdução. In: _____. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**, 2003. p. 11-24.

CAPES. **Conheça o Banco de Teses e Dissertações da Capes.** 2017. Disponível em: <http://sdi.capes.gov.br/banco-de-teses/02_bt_sobre.html>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. **História e missão.** 17 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

CUNHA, M. C. Populações tradicionais e a Convenção da diversidade biológica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 147-163, maio/ago. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n36/v13n36a08.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

_____. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, São Paulo, n. 75, p. 76-84, set./nov. 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13623>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

DOURADO, S. B. **Proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia: o debate dos debates**. 2014. 267 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

FERNANDES, R. F. **Educação escolar Kyikatêjê: novos caminhos para aprender e ensinar**, Pará. 2010. 194 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/6449>>. Acesso em: 28 set. 2018.

LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. In: _____. **O pensamento selvagem**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2006. p. 15-49.

LÓPEZ GARCÉS, C. L.; AZEVEDO, C.; OLIVEIRA, A. G. (Org.). **Proteção aos conhecimentos dos povos indígenas e das sociedades tradicionais da Amazônia**. Belém: MPEG, 2007.

LÓPEZ GARCÉS, C. L. Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais: tendências e perspectivas. In: BARROS, B. S. et al. (Org.) **Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais**. Belém: MPEG, CESUPA, 2007. p. 71-83.

MARTINS, P. S. V. **Tradição, memória e direitos em uma comunidade de quebradeiras de coco babaçu: o caso do povoado Centrinho do Acrísio em Lago do Junco, Maranhão**. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas, Instituto Amazônico de Agricultras Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

MITTMANN, S. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. (Org.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 153-162.

MOREIRA, E. Conhecimento tradicional e a proteção. **T&C Amazônia**, v. 5, n. 11, p. 33-41, jun. 2007.

_____. **A proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: entre a garantia do direito e a efetividade das políticas públicas**. 2006. 246 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MUELLER, S. P. M.; PASSOS, E. J. L. **Introdução: as questões da Comunicação Científica e a Ciência da Informação**, 2000. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1444/1/CAPITULO_QuestaoComunicacao.pdf>
Acesso em: 17 jul. 2017.

OLIVEIRA, A. B. **Indicações geográficas, produtos tradicionais e desenvolvimento territorial na Amazônia**: um olhar sobre o projeto de indicação geográfica da farinha de Bragança. 2015. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/6818>>. Acesso em: 28 set. 2018.

OLIVEIRA, J. V. **A proibição de retrocesso e a isenção de repartição de benefícios ao ramo empresarial para fins de acesso a conhecimento tradicional**. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8727>>. Acesso em: 28 set. 2018.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros Passos, 184).

PALHETA, M. K. S. **Participação e conhecimentos femininos na inserção de novas espécies de pescado no mercado e na dieta alimentar dos pescadores da RESEX Mãe Grande em Curuçá/PA**. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/5990>>. Acesso em: 28 set. 2018.

PINHEIRO, A. S. F. et al. A proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais na Amazônia: pesquisa, inovação e desenvolvimento: há parceria possível?. In: BARROS, B. S. et al. (Org.) **Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais**. Belém: MPEG, CESUPA, 2007. p. 241-257.

PINHEIRO, L. V. R. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. **Investigación Bibliotecológica**, v. 12, n. 25, jul./dez. 1998. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/ibi/article/view/3884/3436>>. Acesso em: 7 set. 2017.

RODRIGUES, E. T. **A gente faz a varja**: territorialidade, estratégias de uso de recursos, identidade e conflitos na Ilha de Marajó, Pará. 2014. 251 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SANTOS, B. S. (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos, v. 4).

SILVA NETO, N. M. **Quebradeiras de coco babaçu de Araguaia-Tocantins**: pluralismo jurídico e proteção dos conhecimentos tradicionais. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

TOLEDO, G. T. **A regulação do acesso aos conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos no Brasil: a experiência do Amapá.** 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9664>>. Acesso em: 28 set. 2018.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 39-55, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a04.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ZERDA SARMIENTO, Á. **Derechos de propiedad intelectual sobre conocimiento vernáculo.** 224 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Doutorado em Economia, Universidade Nacional de Colômbia, Bogotá, 2002.

Artigo submetido em: 10 fev. 2018

Artigo aceito em: 26 set. 2018